

O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FRENTE À CRISE CIVILIZATÓRIA ATUAL

Rossane Vinhas Bigliardi*
Ricardo Gauterio Cruz**

RESUMO

Este artigo desenvolve uma reflexão acerca da atual crise civilizatória enfrentada pela humanidade, entendendo tal crise como inerente ao modelo capitalista. Busca, para tanto, fundamentar a adoção dos pressupostos da Educação Ambiental como balizadores de uma alternativa ao modelo não-sustentável e auto-destrutivo de sociedade que se apresenta. Propõe a adoção de padrões éticos pautados pelos pressupostos da Educação Ambiental, com o nítido objetivo de favorecer a adoção de ações responsáveis e solidárias frente à sociedade e ao meio ambiente. Este ensaio fundamenta-se no entendimento de que não se pode desenvolver uma análise satisfatória a respeito do modelo de desenvolvimento humano que orienta a atitude mundial, sem incluir nessa crítica componentes econômicos, políticos, técnicos, históricos, morais, estéticos, além dos naturais. Por tal compreensão, a Educação Ambiental assume a responsabilidade de provocar reflexões sobre a gênese dos problemas ambientais, através da observação, investigação e reflexão, de modo a promover mudanças efetivas na realidade.

Palavras-chave: Crise Civilizatória; Educação Ambiental; Sociedade Capitalista.

ABSTRACT

* Doutoranda em Educação Ambiental – FURG rossanevb@hotmail.com

** Graduando em Administração de Empresas – FURG Graduando em Direito – FURG ricardo_gcruz@hotmail.com

This paper aims at reflecting on the crisis of civilization faced by humankind nowadays; this crisis is understood as being inherent to the capitalist model. I have adopted principles of Environmental Education as reference points for an alternative to the unsustainable and self-destructive model our society is immersed in. Therefore, I have proposed the adoption of ethical standards of Environmental Education, thus, favoring responsible and sympathetic actions towards the society and the environment.

Key words: Crisis of Civilization; Capitalist Society; Environmental Education.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual – caracterizada pelo modo de vista capitalista, e orientada para o consumo – vem tratando os recursos naturais como fonte de matéria-prima para seu consumo e entendendo o ambiente natural como depósito para seus resíduos. Assim sendo, as agressões ao meio ambiente são inerentes ao referido modelo societário.

A sociedade capitalista vive, na atualidade, uma crise civilizatória que coloca em risco sua própria sustentação. Nas palavras de Ruscheinsky, “se encontra em andamento uma crise do paradigma ecológico sustentado pela sociedade capitalista, em cuja racionalidade cabe ao ser humano o domínio da natureza”. (2002, p. 61-62)

Propondo o rompimento com o modelo capitalista, opressor por natureza, é que se procura delinear um modelo alternativo, sustentado por um paradigma marcadamente orientado pela conquista da cidadania, por padrões éticos pautados pela cooperação, solidariedade, respeito à diversidade e busca do bem comum para as gerações presentes e futuras, em um sadio compartilhar entre os entes no Planeta.

Daí ser adequado propor o enfrentamento dessa crise societária contemplando os aspectos pertinentes à “crise cultural e social que assola o planeta, posto que ambas as crises são derivadas da mesma lógica”. (Layargues, In Santos, Sato, 2001, p. XVII)

Novo (1996) afirma existir uma forte correspondência entre os

princípios que determinam o comportamento econômico dos grupos e as bases éticas que os inspiram e justificam. A partir disso, propõe a análise do assunto, questionando se são os critérios éticos que determinam as decisões econômicas ou se, sendo os princípios econômicos tão determinantes, acabam por gerar parâmetros éticos justificativos para legitimar tais opções. Ao que parece, a realidade nos leva a crer que é a segunda alternativa que se tem feito valer.

Guillén (1999) coloca, de forma muito clara, que na atualidade a humanidade precisa optar por continuar com modelos de desenvolvimento em que os processos econômicos prevalecem e marcam as linhas de exploração dos recursos e os hábitos de consumo, ou por um modelo que tome suas decisões pautadas na questão ambiental. A referida opção, segundo o autor, estaria em consonância com um modelo de racionalidade crescente que daria ênfase à importância de satisfazer as necessidades especiais dos que menos têm, sem comprometer o equilíbrio dos recursos. Ou seja, tanto as variáveis econômicas, quanto as ambientais necessitam ser consideradas, sendo que, temas como erradicação da pobreza e mudança de padrões de produção e consumo não se resolvem de forma simples e/ou rápida, mas estão no centro da questão da sustentabilidade.

Dificultando o processo de mudança ética da compreensão dos fundamentos subjacentes ao modelo adotado na atualidade, encontra-se o fato de que o cidadão, de uma forma geral, tem dificuldade de entender e aceitar que, sem a mudança de hábitos de consumo, não é possível compatibilizar o crescimento econômico com a promoção da qualidade de vida e cidadania para todos e com a conservação dos recursos naturais.

Diante desse quadro, faz-se necessário repensar as relações entre sociedade e ambiente, no universo das interações entre os indivíduos, e destes com a natureza, sob pena da exaustão da capacidade de regeneração

e reprodução, material e social, da vida no planeta.

Dentro disso, a Educação Ambiental tem a importante tarefa de ajudar as pessoas a questionar-se sobre os problemas ambientais, compreendendo a inter-relação existente entre os grandes dramas ambientais e as decisões ético-político-econômicas que conduziram a tais situações. Pois, segundo Trevisol, estamos diante de uma crise civilizatória em que, “além de partícipes, somos co-responsáveis”. (2003, p. 89)

SOCIEDADE CAPITALISTA: A HIPÓTESE MARXIANA PARA A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Partindo-se do estudo das proposições de Marx, em sua obra intitulada “O Capital” (1863-1866), no intento de buscar a fundamentação lógica para a análise do fenômeno *consumo desenfreado dos meios de produção disponíveis na natureza*, tomou-se como base ainda as contribuições do professor Lopez Velasco (2003).

Em seus escritos, Marx procura conceituar diversos aspectos relacionados ao capital e a sua acumulação, dentre eles, valor de uso, valor de troca, preço, força de trabalho e seu preço, capital constante e variável, mais-valia, cota de mais-valia, massa de mais-valia, preço de custo, lucro e sua diferença com a mais-valia, cota de lucro, preço de produção, cota geral de lucro, lucro médio, e lucro efetivo (apud Lopez Velasco, 2003). Dentre todos esses aspectos, os mais relevantes para a compreensão da lógica ambiental vigente, são o *valor de troca* e a *mais-valia*.

O *valor de troca* é definido por Marx como sendo o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria, e cujo preço é a expressão do seu valor em dinheiro. Por sua vez, *mais valia* é conceituada como sendo a diferença entre o preço que o capitalista paga pela força de trabalho, e o valor criado por esta, ao submeter-se ao processo produtivo.

Assim, esclarecendo a análise, Lopez Velasco destaca que

Para evitar a falência e subsistir como capitalista no contexto inexorável de concorrência a que se vê submetido, o capitalista necessita como mínimo produzir uma mercadoria por seu valor, quer dizer, no tempo socialmente necessário para fazê-lo. Mas, pelo fato de que o capitalista sabe que, se pode produzir a mesma mercadoria num tempo inferior ao socialmente necessário, poderá, ao vendê-la por seu valor, obter um lucro extraordinário, resulta que esse tempo está em permanente diminuição”. (2003, p. 70)

Ainda segundo Lopez Velasco, dessa lógica deriva o ritmo crescente imposto ao processo de trabalho, o qual não é adequado às necessidades de recuperação das energias vitais dos trabalhadores, bem como da regeneração da natureza afetada pelo processo produtivo.

Assim, a qualidade de vida dos indivíduos que compõem a força de trabalho é comprometida pelo interesse do capitalista em aumentar a produtividade e, por conseqüência, o lucro, gerando males físicos e psicológicos aos entes da sociedade. Da mesma forma, a incapacidade da natureza se refazer das agressões sofridas pela atividade capitalista torna-a cada vez mais frágil e incapaz de novas regenerações, resultando não somente na escassez de recursos, como também na ameaça à continuidade da vida no planeta.

É também de Marx a afirmação de extrema importância para a problemática ambiental, a de que “a velocidade de rotação do capital é um dos fatores que determina o montante de mais valia, portanto, do lucro extraído/realizado por ele” (Lopez Velasco, 2003, p. 72). Tal afirmação está fundada no fato de não ser possível empregar todo o capital, ao mesmo tempo, na produção, pois, parte dele sempre estará inativa, seja na forma de matéria-prima em estoque, produtos estocados e não vendidos, ou mesmo títulos não vencidos. Ou seja, quanto mais

rápido produzir-se, vender-se e receber-se o montante referente ao valor do que foi vendido, maior será o lucro.

O meio pelo qual se pode encurtar a fase de produção, no intento de aumentar a velocidade de rotação do capital, é o caracterizado pelo aumento da produtividade, que gera, inevitavelmente, o decréscimo da qualidade de vida da Força de Trabalho e o aumento na velocidade com que se extraem recursos do meio natural.

Dessa forma, fica evidente o antagonismo entre Capitalista e Força de Trabalho/Meio Ambiente, em que o primeiro sempre tentará explorar ao máximo, e no menor espaço de tempo possível, aquilo que os segundos podem oferecer (mão-de-obra e matéria-prima), sem considerar relevante a qualidade de vida ou a sustentabilidade ambiental, constituindo-se sempre como um nefasto dilapidador no que se refere ao ser humano e ao meio natural, e conduzindo a sociedade – e, porque não dizer, a vida do planeta – ao colapso.

SOCIEDADE CAPITALISTA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA RELAÇÃO PARADOXAL

Desenvolvimento é uma das noções mais inclusivas existentes, cuja abrangência e múltiplas faces permitem um grande número de apropriações e leituras, muitas vezes, divergentes. As variações das apropriações da idéia de desenvolvimento acabam por gerar uma série de adjetivações, como desenvolvimento industrial, capitalista, socialista, etc. Dentre as adjetivações propostas, encontra-se o desenvolvimento auto-sustentado, ou, desenvolvimento sustentável.

Conforme defende Ruscheinsky (2004, p. 15), as “palavras mágicas no momento referem-se a tudo o que diz respeito aos termos ‘sustentável’ e ‘sustentabilidade’”. Tais termos são, freqüentemente empregados, como estratégia na busca de aprovação de financiamentos

para projetos ou para alterar políticas públicas, angariar fundos e conquistar mercados. Tudo o que possui o “slogan ecológico” é merecedor de elogio e de adesão, mesmo que seu vínculo com o meio ambiente seja tênue, ou mesmo inexistente.

Reforçando tal idéia, Ruscheinsky afirma que a

Sustentabilidade consiste num conceito, a bem da verdade, bastante amplo e admite variações de acordo com interesses e posicionamentos, além do que ainda é recente e por isso mesmo sujeito a ambigüidades e dilemas quanto ao seu uso e significado. (2004, p. 17)

Segundo Jacobi (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, sendo que, pelo menos duas correntes podem ser observadas. A primeira, baseada no trabalho do Clube de Roma, cujas idéias foram publicadas em 1972 sob o título “Limites de Crescimento”, defende que, para alcançar-se a estabilidade econômica e ecológica, deve-se controlar a expansão demográfica e capitalista, devido à realidade dos recursos limitados. O outro viés está relacionado com a crítica ao modo de vida contemporâneo e tem como pressuposto a existência de sustentabilidade social, econômica e ecológica, surgindo como resposta à necessidade de harmonizar os processos ambientais com os socioeconômicos, buscando maximizar a produção dos ecossistemas, no intuito de favorecer o suprimento das necessidades humanas presentes e futuras.

O que se tem, a partir da análise deste segundo viés de desenvolvimento sustentável, é a reorientação de um sistema que nada se compromete em mudar seu estilo inexorável de acumulação de capital. Segundo Tomasoni (2000), a estabilidade deste estilo de desenvolvimento consiste em reorientar sua produção para formas ambientalmente corretas e re-localizar a produção em escala mundial.

Para uma melhor compreensão deste desenvolvimento dito

sustentável, é preciso buscar sua origem e reconstituir as relações de força que o produziram. Segundo Ribeiro (1992, p.19), “sua matriz é o projeto desenvolvimentista neoliberal aplicado ao meio ambiente”; dentro de uma perspectiva produtivista, o que se busca preservar, de fato, é o modelo de acumulação de riquezas, onde o patrimônio natural passa a ser um bem; e o apelo à humanidade e ao bem estar dos povos é usado como um pretexto, acompanhando objetivos de crescimento econômico.

O desenvolvimento sustentável é, nessa linha teórica, definido como aquele em que se atende às necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de, por sua vez, satisfazerem as suas.

Ribeiro (1992) ressalta, ainda, que o modelo de desenvolvimento sustentável em questão aperfeiçoa as relações capitalistas presentes, propondo um melhor manejo de seus custos sociais e ambientais, o que não implica, necessariamente, em um ordenamento mais justo e equitativo da sociedade, podendo-se, inclusive chegar a níveis baixos de miséria absoluta, sem, contudo, alterar o grau de participação política e a ética das relações sociais.

A partir disso, é possível afirmar que se faz necessária a superação desse modelo de sociedade auto-destrutiva – que onera o equilíbrio natural, as relações sociais e a autonomia individual – para que se possa alcançar uma sociedade sustentável, não apenas centrada na sobrevivência, mas na busca constante por qualidade de vida (Stahel, 1994). Urge, portanto, a necessidade de adoção de, não apenas um conceito, mas uma postura de sustentabilidade, na qual posicionamento crítico e mobilização social combatam o modelo de sociedade em que pobreza e consumismo convivem lado a lado; em que natureza finita se transforma em mercadoria, e em que o marketing – cumprindo sua função prima frente ao modelo capitalista – gera, constantemente, novas necessidades de consumo.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

A Educação Ambiental representa um instrumento essencial para a superação dos atuais impasses da sociedade. A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania, assume, para Jacobi (1998, p.12) “um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam”.

Nesse sentido, a Educação Ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito às diferenças, utilizando-se de formas democráticas de atuação, baseadas em práticas interativas e dialógicas.

Em concordância, Jacobi declara que

Quando nos referimos à EA, situamo-la num contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-se como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se a partir da possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e por conta disso, converter-se em ator co-responsável da defesa da qualidade de vida. (1998, p. 12)

Para isso, é preciso promover oportunidades pedagógicas que venham a favorecer a concretização efetiva de direitos sociais e culturais dos cidadãos.

Condicionante para isto é o avanço rumo a uma educação de qualidade, que respeite as diferenças, tratando diferentemente os desiguais, preconizando o atendimento aos grupos em abandono pelo

modelo econômico vigente. Entendendo-se tal mudança como condição para que se possa viver em condições de equidade e sustentabilidade socioambiental.

Contribuindo com a linha de compreensão exposta, Loureiro afirma que:

A ação emancipatória é o meio reflexivo, crítico e autocrítico contínuo, pelo qual podemos romper com a barbárie do padrão vigente de sociedade e de civilização, em um processo que parte pelo sujeito, estabelecendo experiências formativas, escolares ou não, em que a reflexão problematizadora da totalidade, apoiada numa ação consciente e política, propicia a construção de sua dinâmica. (2004, p. 32).

E o autor continua, definindo ainda mais os pressupostos pelos quais acredita que deva pautar-se a educação ambiental. Sendo assim, aponta o paradigma da complexidade como aquele capaz de responder a uma nova proposta de pensamento e ação. Para isso, afirma que

A racionalidade emancipatória fundada na complexidade é libertadora, qualitativa, considera os sujeitos e o todo. A racionalidade instrumental é quantificadora, ‘impessoal’, setorializa o todo social, facilita a lógica de acumulação do capital ao dicotomizar fatos e valores, indivíduo e sociedade, esfera econômica e social, esvaziando o todo em relação às partes, que passam a ter leis próprias em descompasso com o todo. (Loureiro, 2004, p. 128)

No Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global estão definidos alguns princípios balizadores para a educação, entre eles, vale destacar: que “a educação ambiental não é neutra, mas ideológica (...), deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas

e interação entre as culturas (...)”. (1992, p. 2)

Como objetivos da Educação Ambiental, precisa-se destacar uma mudança de mentalidade e a participação individual e coletiva dos cidadãos, procurando desenvolver valores baseados nos conceitos de democracia, tolerância, solidariedade, ética, compromisso individual e social, cidadania, entre outros.

E, coerentemente a esses princípios, a Educação Ambiental, da forma como é compreendida no presente estudo, vem amparar – subsidiar – o entendimento de que é papel central da educação favorecer a adoção de compreensão e de posicionamentos ético-políticos referenciados em princípios tais como: solidariedade, cooperação, alteridade e compreensão.

Em concordância, Loureiro (2004) se declara partidário do que chamou de *Educação Ambiental Emancipatória* a qual, dentre outros princípios, preconiza a necessidade de haver uma compreensão complexa do ambiente; a adoção de uma atitude crítica diante dos desafios que a crise civilizatória nos coloca, partindo-se do princípio de que o modo como vivemos não atende mais aos nossos anseios e compreensão de mundo e sociedade; e de que é preciso criar novos caminhos, bem como a preocupação concreta em estimular o debate e o diálogo entre as ciências, redefinindo objetos de estudo e saberes, entre outros.

Daí é possível deduzir que com a Educação Ambiental se pretenderá potencializar a capacidade crítica e criativa do ser humano, levando a uma mudança de atitude. Resultando, por conseqüência, em transformações concretas dos princípios que norteiam a sociedade e na intervenção ativa do homem no meio, amparada necessariamente em critérios ambientais. Trata-se, portanto, de mudanças de atitudes, com adoção de comportamentos compatíveis com um desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, é preciso pensar a Educação Ambiental como um movimento ético que leva – necessariamente – à profunda indagação

sobre a gênese dos problemas ambientais, através da observação, reflexão, investigação acerca das situações concretas que se apresentam. Por tal razão, esse movimento orientado por princípios éticos fatalmente irá levar a necessárias transformações de fundo conceitual e metodológico. Não se pode pensar em uma análise satisfatória a respeito do modelo de desenvolvimento humano que orienta atitude mundial sem incluir nessa crítica componentes econômicos, políticos, técnicos, históricos, morais, estéticos, além dos naturais.

Eis a Educação Ambiental, por um lado, cumprindo seu papel de promotora de cidadania, autonomia, senso crítico e capacidade de tomada de decisão e, por outro, precisando propiciar condições que levem as pessoas a uma compreensão integrada das questões postas pela realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo aqui afirmado, um repensar sobre o paradigma societário se faz necessário e urgente. Sua superação é condicionante para a garantia da cidadania dos povos.

O que se faz necessário, para isso, é a construção de um novo paradigma no qual se estabeleçam relações consistentes entre o conhecimento científico, as inovações técnicas e as inadiáveis mudanças sociais em favor da sustentabilidade econômica, social e ecológica, tendo, como pressuposto, a assunção de um paradigma que se demonstre capaz de enfrentar a diversidade da condição humana, as diferentes dimensões da realidade.

Mesmo se tendo clareza de que o modelo opressor vigente se contrapõe à autonomia do sujeito e acelera a dinâmica “consumo-pobreza-desigualdade-degradação” (Ruscheinsky, 2004. p. 36), mudar padrões de consumo e os princípios que orientam as decisões na sociedade configura-se como uma tarefa de difícil concretização, que exige, por meio de políticas públicas fundadas nos pressupostos da

Educação Ambiental, se propicie ao sujeito condições intelectuais, políticas e ideológicas para que se tenha a possibilidade de, nas palavras de Ruscheinsky (2004, p.32), “criticar o que não se quer (...) e enunciar de maneira plausível o tipo de sociedade que se quer”.

Evidentemente que, para tanto, faz-se necessária muita consistência teórica, além de respaldo ético, na adoção de encaminhamentos que primem pelo surgimento de cidadãos com discernimento suficiente; amparados por seus sentimentos, conhecimentos e responsabilidade ética na tomada de decisão em suas áreas de atuação pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUILLÉN, P. C. Educación, Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible. In: **Revista Iberoamericana de Educacion**. Organización de los Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia e la Cultura (OEI) Madrid: Nr.11, 1999.

JACOBI, P. Educação Ambiental e Cidadania. In: CASCINO, F.; JACOBI, P.; OLIVEIRA, J.F. (orgs.) **Educação, Meio Ambiente e Cidadania**. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.

_____. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.118, março de 2003, p. 189-205. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 20 abr. 2005.

LAYARGUES, P. Prefácio. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. (orgs.) **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Paulo: Rima, 2001.

LOUREIRO, C. F. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, K. **O Capital**: edição resumida. Trad. Ronaldo Alves Shimidt. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Defel, 1985.

NOVO, M. **La Educación Ambiental: bases éticas, conceptuales y metodológicas**.

Madrid: Universitas, 1996.

PRIGOGINE, I. **O Fim das Certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

RIBEIRO, G. L. **Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado**: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Brasília: 1992. Disponível em: www.unb.br. Acesso em: 20 abr. 2005.

RUSCHEINSKY, A. As Rimas da Ecopedagogia: uma perspectiva ambientalista. In: RUSCHEINSKY, A. (org) **Educação Ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: ArtMed, 2002, p.61-71.

RUSCHEINSKY, A. No Conflito das Interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: RUSCHEINSKY, A. (org) **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.15-33.

STAHEL, A. W. Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e Natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1994.

TREVISOL, J. **A Educação Ambiental em uma Sociedade de Risco**. Joaçaba: UNOESC, 2003.

TOMASONI, M. A.; TOMASONI, S. M. **Ecologia, Ética e Ambientalismo**: prefácio de suas ambigüidades. Lavras: 2000. Disponível em: www.ufla.br. Acesso em: 20 abr. 2005.

